

## **BOLETIM 236**

**Brasília, 26 de outubro 2016**

# **Câmara aprova PEC do Teto dos Gastos Públicos em 2º turno**

***Texto estabelece um limite para os gastos federais para os próximos 20 anos.***

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou na madrugada desta quarta-feira (26), em segundo turno, a PEC do Teto dos Gastos Públicos (Proposta de Emenda à Constituição 241/16), que estabelece um limite para os gastos federais para os próximos 20 anos, corrigindo-os pela inflação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A matéria, de iniciativa do Poder Executivo, foi aprovada por 359 votos a 116, quórum semelhante ao de primeiro turno (366 a 111), e será analisada agora pelo Senado.

De acordo com o substitutivo aprovado, do deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), o chamado novo regime fiscal valerá para os orçamentos Fiscal e da Seguridade e para todos os órgãos e Poderes.

O texto cria limites individualizados para: Poder Executivo; tribunais e Conselho Nacional de Justiça no Judiciário; Senado, Câmara dos Deputados e Tribunal de Contas da União (TCU) no Legislativo; Ministério Público da União e Conselho Nacional do Ministério Público; e Defensoria Pública da União.



**Alterações rejeitadas** - Durante cerca de 14 horas de sessões consecutivas, o Plenário rejeitou todos os destaques apresentados pela oposição que pediam a supressão de vários itens do texto.

Os principais destaques rejeitados pretendiam excluir as restrições previstas para o órgão ou Poder que descumprir o limite de gastos, como pagamentos de aumentos salariais ou aumento de auxílios a servidores; permitir a revisão dos limites antes de dez anos; e excluir os gastos mínimo com saúde desses limites.

**Regra geral** - Na regra geral, para 2017 o limite de cada um dos órgãos ou Poderes será a despesa primária (aquela que exclui os juros da dívida) paga em 2016, somada aos chamados restos a pagar de antes de 2015 quitados neste ano (pagamento feito em atraso por serviço ou bem efetivamente prestado) e demais operações que afetam o resultado primário, com correção desse total por 7,2%. Esse índice é uma projeção da inflação de 2016 constante do projeto de lei orçamentária de 2017. O acumulado até setembro é de 5,51%.

De 2018 em diante, o limite será o do ano anterior corrigido pela variação do IPCA de 12 meses do período encerrado em junho do ano anterior. No caso de 2018, por exemplo, a inflação usada será a colhida entre julho de 2016 e junho de 2017.

*Fonte: Agência CÂMARA*



## **CNBB: da forma que está, PEC 241 “atinge os mais pobres da nação”**

***“Não é justo que os pobres paguem essa conta, enquanto outros setores continuam lucrando com a crise”, afirmam os bispos***

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou nota se manifestando contrária à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 - que propõe o congelamento dos gastos públicos por 20 anos - e outras medidas que compõe “o cenário de retrocessos dos direitos sociais em curso no Brasil”.

O documento assinado durante a Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, realizado em Brasília entre os dias 18 e 19, ainda cita como propostas “que colocam em risco os direitos sociais do povo brasileiro, sobretudo dos empobrecidos” as reformas trabalhista e previdenciária e a reforma do Ensino Médio.

“Sobretudo, a Proposta de Emenda Constitucional, PEC 241/2016, que estabelece teto nos recursos públicos para as políticas sociais, por 20 anos, colocam em risco os direitos sociais do povo brasileiro, principalmente dos empobrecidos. Em sintonia com a Doutrina Social da Igreja Católica, não se pode equilibrar as contas cortando os investimentos nos serviços públicos que atendem aos mais pobres de nossa nação. Não é justo que os pobres paguem essa conta, enquanto outros setores continuam lucrando com a crise”, afirma os bispos contrários ao novo regime fiscal.

“Afirmamos nossa solidariedade com os Movimentos Sociais, principalmente de trabalhadores e trabalhadoras, e com a juventude, que manifestam seu descontentamento com as propostas do governo, bem como todas as organizações que lutam na defesa dos direitos da população”, continua a nota assinada pelo Dom Guilherme Werlang, presidente da Comissão e Bispo de Ipameri (GO), estimulando as Pastorais Sociais a se engajarem na defesa da Constituição de 1988.

“Encorajamos as Pastorais Sociais a participarem, com os demais movimentos e organizações populares, na defesa das conquistas sociais garantidas na Constituição Federal de 1988, na qual a CNBB tanto se empenhou no final da década de 1980. Não desanimemos diante das dificuldades. Somos povo da esperança!”.

A nota cita em epígrafe o Papa Francisco: “Nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos e nenhuma pessoa sem dignidade”. A CNBB também divulgou artigos de outros bispos que ponderam as medidas recém-anunciadas pelo governo de Michel Temer.

“Gastos congelados levam ao esfriamento e ao afunilamento dos benefícios democráticos dos cidadãos. Não se vai poder aplicar mais dinheiro do que o mínimo da assistência necessária à vida minimamente digna de grande parte da população mais carente, ainda mais com uma regra desta PEC por 20 anos!”, diz em artigo o Arcebispo de Montes Claros (MG), Dom José Alberto Moura. “O favorecimento do caixa governamental sem o atendimento da inclusão social não deve ser o papel de quem representa a sociedade”.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



## Teto de gastos agrava situação dos municípios, afirma CNM

*“A saúde não está protegida”, diz Paulo Ziulkoski*

As políticas sociais executadas pelas prefeituras estão ameaçadas com a iminência da aprovação de um teto para os gastos da União, afirmou o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski na segunda-feira (24).

“O remédio que estão aplicando é muito forte e pode matar uma área muito importante, que é a social. Os prefeitos já estão em situação precária, faltam condições de aplicação da lei. Isso vai afetar o cidadão que precisa de coisas singelas, mas fundamentais, como farmácia básica. Os valores repassados já estão defasados e não vão ter correção nos próximos 10 anos”, disse.

As administrações municipais são responsáveis por aproximadamente 390 programas do governo federal, como Saúde da Família, Farmácia Popular, creches e transporte escolar. “Não há dinheiro novo, não vai se sustentar nem o que está aí. A população vai pagar muito caro por crise que estamos vivendo”, acrescentou Ziulkoski.

“Os municípios têm de tomar posição mais radical. Mas é a população que vai padecer mais ainda”, reconheceu. Ziulkoski disse ainda que é falacioso dizer que a saúde será preservada durante a vigência da PEC do teto de gastos. “A saúde não está protegida. Isso é para iludir os incautos”.

*Fonte: CNM*

## Acordos coletivos com perda salarial crescem em setembro

O boletim “Salariômetro”, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), apontou que no mês de setembro aumentou a porcentagem de acordos salariais com reajustes abaixo da inflação, em comparação com o mês anterior, passando de 44,4% para 45,6%.

Dentre as categorias, as maiores perdas são das empresas jornalísticas, de 3,3% em termos reais. Aparece em seguida o segmento de extração e refino de petróleo, com a mediana dos reajustes 2,6% menor que a inflação acumulada.

Há ainda os casos de redução do salário seguido de redução da jornada, estimulados pelo programa do governo federal, o PPE (Programa de “Proteção” ao Emprego). O boletim mostra que em setembro, o cenário manteve-se semelhante ao período anterior, com a maioria dos acordos com redução salarial, firmados fora do Programa, ou seja, sem acompanhamento das “exigências” que demonstrem problemas financeiros, sem prazo determinado, etc.

A pesquisa aponta ainda queda na folha salarial real dessazonalizada, com recuou 0,2% entre junho e julho, dado mais recente disponível.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

## MPF acusa Samarco por “crime motivado pela ganância por lucro”

*O procurador federal José Adércio Leite Sampaio afirmou que a Samarco e suas controladoras “sabiam dos acontecimentos e deram prioridade ao lucro”*

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou a Samarco, a Vale, a BHP Billiton, a VogBR e mais 22 pessoas pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana/MG, que ocorreu em 5 de novembro do ano passado. Os procuradores acusam 21 integrantes da cúpula da Samarco, além da própria Samarco e suas controladoras, pelo homicídio qualificado com dolo eventual [quando se assume o risco de matar] na morte de 19 pessoas no desastre. A VogBR e seu engenheiro foram acusados pela apresentação de laudo ambiental falso.

Entre os denunciados está Ricardo Vescovi, que era diretor-presidente da Samarco na época, além de diretores, gerentes, e integrantes do conselho administrativo da mineradora indicados pela BHP e Vale. Eles também estão sendo acusados pelos crimes de inundação, desabamento, lesões corporais graves e por crimes ambientais, todos com dolo eventual.

As corporações também responderão por nove tipos de crimes contra o meio ambiente, como crime de poluição, crimes contra a fauna, a flora, o ordenamento urbano e patrimônio cultural. Samarco e Vale também são acusadas de três crimes contra a administração ambiental.

Em coletiva de imprensa o procurador federal, José Adércio Leite Sampaio, afirmou que



“as denunciadas sabiam dos acontecimentos e deram prioridade ao lucro, em detrimento da segurança”. Sampaio explica que além de documentos das empresas, a denúncia e lista dos acusados foi baseada nos inquéritos das polícias Civil e Federal. Segundo ele, fica nítido que “a barragem do Fundão pedia socorro e poderia se romper. Isso ficou mais claro a partir de 2014. As falhas foram verificadas e estavam em várias atas”.

O MPF também afirmou que foi encontrado nas investigações um documento interno da Samarco, onde constavam previsões, em caso de rompimento da barragem, da possibilidade de provocar de duas a 20 mortes, grave dano ambiental e paralisação das atividades da mineradora por até dois anos.

O procurador Eduardo Santos de Oliveira explicou que os homicídios foram tratados como qualificados por terem ocorrido de maneira torpe, motivado pela “ganância da empresa por lucro”. Cabe agora à Justiça Federal acatar ou não a denúncia. Se for acatada, os acusados podem ir a júri popular e serem condenados a até 54 anos de prisão, além do pagamento de multa de reparação dos danos ao meio ambiente e de danos causados às vítimas da tragédia.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



## Atraso de pagamento a fornecedores atinge 70% dos municípios brasileiros

O atraso no pagamento a fornecedores atinge quase três quartos dos municípios do Brasil, que não devem resolver a inadimplência até o final do ano, segundo avaliação da Confederação Nacional de Municípios (CNM). A diminuição de receitas de arrecadação e de transferências afeta a capacidade das cidades de suprir as despesas correntes.

“Pelo menos 70% das prefeituras estão com atraso a fornecedores”, diz Pauli Ziulkoski, presidente da entidade. Além de não haver perspectiva de melhora na evolução das receitas, as despesas de pessoal deverão pesar mais com o pagamento do décimo-terceiro salário. Para ele, esses gastos devem gerar restos a pagar para o próximo ano.

Em uma pesquisa realizada pela CNM em maio, o número de prefeituras que informaram estar em atraso no pagamento a fornecedores chegou a 59,2%. No estado de São Paulo, dos oito municípios mais populosos, dois estão sob alegação de atraso nos pagamentos a fornecedores, sendo eles Campinas e Ribeirão Preto.

Segundo Tarcísio Cintra, secretário de Finanças de Campinas, os atrasos de pagamento a fornecedores chegam a seis meses e alcançam fornecedores de bens e serviços básicos, como limpeza urbana, coleta de lixo, locação de veículos e serviços de segurança.

*Fonte: CNM*

## Ação cível exige que governo federal defina índice para um padrão mínimo na educação de cada aluno

O Ministério Público Federal do Rio de Janeiro (MPF-RJ) protocolou uma ação cível pública na Justiça, exigindo que o governo federal defina o Custo Aluno Qualidade inicial, mecanismo previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) que determina o investimento necessário na educação, de acordo com cada aluno e etapa de ensino.

A comissão criada pelo Ministério da Educação para definir os valores, foi criada sete meses atrás e nunca chegou a se reunir. Vale notar que o prazo para essa definição expirou em 25 de junho deste ano.

Em nota, o MPF explicou que "o índice deveria estabelecer um padrão mínimo de qualidade, economicamente mensurável, para garantir o financiamento adequado ao processo de ensino e aprendizagem nas escolas brasileiras", e que "ao levar em conta os insumos indispensáveis ao desenvolvimento deste processo, deve estabelecer um valor mínimo a investir por aluno para assegurar um ensino de qualidade".

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

## Confederações de Trabalhadores solicitam ao Ministério do Trabalho solução diante das novas dificuldades para o recolhimento das guias de contribuição sindical

*CONTRICOM, através de seu presidente Mazinho, estava presente no encontro com o secretário de Relações do Trabalho, Carlos Lacerda*

Representantes de várias confederações nacionais de trabalhadores levaram ontem (25) ao secretário de Relações do Trabalho, Carlos Lacerda, a preocupação das entidades com os obstáculos criados por recentes circulares do Banco Central (BACEN) que, na prática, criarão dificuldades para o recolhimento das guias de contribuição sindical. Estavam presentes os representantes da CONTRICOM, CNTC, CNPL, Aquicultura, além das advogadas Zilmara Alencar e dra. Carla **(foto)**.

Segundo o presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, “o encontro serviu para discutir uma solução para o problema, na medida em que a Caixa Econômica Federal entende que essas circulares do BACEN atingem também as guias sindicais. No entanto – acrescentou, há um consenso, por imposição legal, de que as contribuições sindicais representam um tributo e como tal devem ser tratadas diferenciadamente”.



Mazinho informou que as lideranças sindicais e o próprio secretário Carlos Lacerda entendem que, mantido o atual entendimento pela Caixa Econômica, muitas guias deixarão de ser recolhidas, “o que trará um grande prejuízo às entidades sindicais que se sustentam e sustentam sua luta em defesa dos trabalhadores com essas contribuições, que são obrigatórias e não compulsórias”, afirmou.

“Na prática, esse entendimento da Caixa tira a responsabilidade da instituição na cobrança das guias sindicais, que passarão a ser facultativas”, argumentou o dirigente sindical.

O secretário Carlos Lacerda, diante dessa situação, decidiu convocar uma reunião para o próximo dia 10 de novembro, com todas as confederações laborais com o objetivo de buscar uma solução para o problema.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luís Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**